

*As Relações Públicas e Privadas: Mutualismo e Filantropia no Brasil*¹Cláudia Maria Ribeiro Viscardi²

O estudo das relações entre o público e privado no Brasil vem sendo intermediado por uma perspectiva historiográfica, que prima em adjetivar a sociedade civil brasileira como tendo sido, até meados do século XX, desorganizada, apática, alienada e manipulada por elites desobrigadas em promover uma relação mais balanceada entre Estado e sociedade civil. Por outro lado, o Estado, antecipando-se ao processo de organização desta mesma sociedade, dificultava a cidadania, arvorando-se à condição de principal concesso de direitos civis e políticos, numa relação marcada pelo tom paternalista. Herdeiros do pensamento de Oliveira Viana, que muito insistia em realçar a ausência de predisposição da sociedade civil nacional em organizar-se, pesquisadores diversos relevaram a ausência de uma cultura associativa no país até, pelo menos, os anos posteriores à década de 1930.

Revisões historiográficas recentes vêm identificando um forte movimento associativo no Brasil, existente, pelo menos, há cem anos antes do período preconizado como tendo sido o marco fundador das mobilizações sociais brasileiras. Neste campo, proliferam as investigações sobre o associativismo urbano, levando-se em conta o estudo do movimento operário, do mutualismo, das associações esportivas e de lazer, das agremiações políticas, entidades filantrópicas entre outros. Particularmente, interessa-nos o estudo de dois tipos de associação, as filantrópicas e as mutualistas.

A proliferação da filantropia e do mutualismo vinculou-se ao significativo crescimento populacional do país, para o qual muito contribuiu a vinda de imigrantes europeus. Segundo recenseamentos oficiais, em 1872 o Brasil possuía cerca de dez milhões de habitantes, sendo que quase 30% deste número concentravam-se na capital (Rio de Janeiro). Em 1900 este número subiu para 17 milhões e trezentos e vinte mil habitantes, um crescimento de 70% em menos de 30 anos. No início do novo século, a população do Rio de Janeiro correspondia a menos de 5% deste

¹ Grande parte das contribuições apresentadas por este texto resultou de pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos anos acerca do fenômeno do mutualismo, financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

número, o que denota maior distribuição populacional para outros centros urbanos, como São Paulo, Porto Alegre, Recife etc. Entre 1884 e 1903 entraram quase dois milhões de imigrantes para o Brasil, a maior parte deles concentrando-se nos citados centros urbanos. Entre os imigrantes o maior número era o de portugueses, seguidos por italianos e alemães.³

Este período de intensa urbanização foi igualmente marcado pela implantação do capitalismo no Brasil, a partir da introdução de relações transitórias de produção, após a abolição da escravidão, ocorrida em 1888. A concentração populacional nos centros urbanos, a ausência de postos de trabalho que atendessem à crescente demanda, aliadas à falta de infra-estrutura habitacional, contribuía com o aumento da pobreza e do desvalimento. Tal contexto clamava pela proliferação de ações de proteção social, que se manifestaram, sobretudo, a partir da expansão da filantropia.

Porém, o amparo aos necessitados de diversos tipos não se dava exclusivamente pela filantropia. A partir de 1830, vimos surgir as primeiras associações de caráter mutualista no Brasil. Inicialmente formadas em regiões de ocupação mais recente, proliferaram pelo território nacional em fins do século XIX e continuaram sua expansão ao longo das décadas iniciais do século XX e para isto em muito contribuiu a onda imigrantista ocorrida no período. A partir da década de 1940, ocorreu um significativo declínio do número de mutuais em razão da implantação, de forma mais efetiva, de políticas públicas de proteção social, sobretudo ao longo do governo Vargas (1930-1945).

Este texto visa a refletir sobre essas duas modalidades de organização social, buscando perceber como se estruturaram no país, quais os papéis sociais que cumpriram, como se diferenciaram umas das outras e quais os impactos que tiveram sobre o longo processo de construção de uma cultura cívica no Brasil.

A Filantropia

Para os fins deste artigo, entende-se por filantropia o conjunto de ações altruístas e solidárias em benefício do outro, sejam elas de caráter ocasional ou permanente, formalmente estruturadas ou informalmente realizadas. Da junção entre os termos gregos *philos* e *antropos* a

³ Dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em *Impressões do Brasil no Século XX*, Lloyd's greater Britain Publishing Company, Ltd, 1913.

palavra em sua raiz expressa o amor pelo homem enquanto indivíduo ou pela humanidade em seu sentido mais holístico. Com o avanço do cristianismo, o conceito foi associado ao de caridade, relegando o uso da expressão filantropia à necessidade de demarcação das ações de caráter laico.

Sinônima também de beneficência ou benemerência, a filantropia quando se torna uma política pública, ou seja, do Estado, passa a ser conhecida como assistência social. Desta forma, essas diversas expressões acabam por ser portadoras de um objetivo comum, que consiste no conjunto de atividades que se dão com o fim de suprir necessidades individuais e coletivas em relação à sobrevivência daqueles que delas estão privados, sejam tais privações de caráter alimentar, de lazer, de moradia, de educação, entre outras.⁴

Desta forma, a filantropia tem dupla dimensão, a pública e a privada, que em geral, coexistem. Mesmo os Estados mais liberais em sua essência podem chamar a si a responsabilidade pela institucionalização da filantropia, a expressar-se através de políticas de seguridade social as mais diversas. Por outro lado, tal ação – sempre insuficiente em países onde níveis alarmantes de desigualdade social impõem sobre grande parte da população condições de absoluta privação – vem sempre complementada por iniciativas individuais ou coletivas advindas da sociedade civil, organizada ou não. Em geral, no caso brasileiro, o Estado coloca-se como um incentivador de tais práticas, regulamentando-as de modo a facilitar o seu funcionamento, concedendo isenções fiscais, incentivando a contribuição e o trabalho voluntários.

A construção de asilos, orfanatos e internatos correccionais foi incentivada pelo Estado, através de uma política de concessão de subsídios e isenção de impostos. A filantropia cumpria na ocasião um importante papel: o de inibir conflitos sociais, o de garantir um exército de reserva e o de disciplinar uma mão-de-obra avessa ao trabalho, em geral mal visto por estar associado à escravidão.⁵ Implantar uma nova ética favorável ao trabalho seria uma missão a ser desempenhada pelo setor público e pelo setor privado. Quem estivesse fora de mercado de trabalho deveria estar recluso nos albergues, orfanatos, internatos e também nos hospícios, construídos, em sua maioria, na mesma ocasião.

Mas, ao mesmo tempo, a filantropia constituía-se em recurso valioso para os destituídos, sem o qual padeceriam ainda mais ou mesmo estariam condenados à morte. Inúmeros indivíduos

⁴ MESTRINER, Maria Luiza. *O estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo, Cortez, 2001, p. 18 e 19.

⁵ A este respeito ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

e grupos atuavam em prol dos desvalidos atendendo à motivações altruísticas, sem terem como fim o controle social dos receptores de sua ajuda. Desta forma, embora não ignoremos o papel que a filantropia teve no processo de “controle social”, não acreditamos que tenha sido este seu único elemento motivador.

Pressupõe-se que a motivação religiosa tenha sido o fator de maior peso na expansão da filantropia. No entanto, a prática da filantropia extrapola as fronteiras dos grupos religiosos. Que outras razões explicariam o seu advento?

Maurice Godelier, ao fazer uma reflexão sobre a importante obra de Marcel Mauss, nos alerta para a importância das noções que envolvem as dádivas, o seu recebimento e a sua devolução (contra-dom).⁶ Para o antropólogo, a prática das doações envolve sempre a expectativa de devolução da oferta por parte do contemplado, mesmo que o retorno da dádiva concedida seja a manutenção do receptor na condição de dependente do doador. Complementa esta noção a abordagem de Pierre Bourdieu⁷ sobre a prática de atos aparentemente desinteressados. O autor, em seus estudos das trocas simbólicas, nos informa que doações aparentemente desinteressadas podem esconder o interesse pelo acúmulo, por parte do doador, de capital político ou simbólico, materializados pelo reconhecimento do poder de quem ofertou.

É provável que tais motivações, acumuladas em tradições longevas, expliquem a permanência da ação benemérita mesmo em contextos onde a participação do Estado na promoção de políticas de proteção pública ocorreu de forma efetiva e também explique as ações beneméritas praticadas por pessoas não religiosas. Para ambos os autores acima citados – em que pesem as suas diferentes abordagens sobre o tema – a expectativa do recebimento do contra-dom explicaria o interesse pela prática do dom. Entre outras razões, este contra-dom poderia vir sob a forma de um reforço do status, da manutenção de estruturas hierárquicas consolidadas, do controle dos processos de decisão política, bem como do acúmulo de capital simbólico pelo doador.

As ações filantrópicas de caráter privado tiveram início no Brasil com a transposição das Irmandades de Misericórdia de Lisboa para os trópicos, algumas décadas depois de ter-se

⁶ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio, Civilização Brasileira, 2001. Introdução e cap. 1 e MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70, Lisboa, Introdução e cap. 1.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996, cap. 5.

iniciado o processo de ocupação efetiva do solo brasileiro.⁸ As chamadas Santas Casas de Misericórdia datam, no Brasil, da segunda metade do século XVI e muitas delas permanecem em pleno funcionamento até hoje, sendo responsáveis pelo atendimento da saúde de grande parte da população brasileira. Claro que, atualmente, recebem subsídios estatais mais efetivos do que as pequenas isenções de impostos ou reduzidas subvenções públicas do passado.

Funcionando como improvisados hospitais e albergues que recolhiam mendigos, desvalidos, indigentes, órfãos e vadios, as misericórdias foram tornando-se referência de bom atendimento. Em fins do século XIX, na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, onde nos foi possível aprofundar levantamentos sobre a sua Santa Casa de Misericórdia, os investimentos da Irmandade Nosso Senhor dos Passos para a construção de um hospital foram muito significativos, o que se deu através da importação de equipamentos e profissionais qualificados da Europa para atuarem no hospital recém-construído. Cedo ele se tornou o melhor da região. As elites responsáveis pela sua construção logo perceberam que os indigentes recebiam melhor tratamento que elas próprias, e rapidamente trataram de construir uma ala específica no mesmo hospital para que dele pudessem também usufruir. Desta forma, muitas misericórdias acabavam por se tornar os únicos locais de atendimento à população, sendo ela socialmente marginalizada ou não.

Ao lado dos hospitais, e às vezes em espaços compartilhados ou contíguos, foram construídos albergues para órfãos, mendigos e indigentes. Em um período em que o Estado português estendia o seu aparato burocrático na nova colônia de forma tímida e bastante deficitária, o bem-estar da população desvalida ficava a cargo da motivação filantrópica, fosse ela religiosa ou laica. Com a ampliação da inserção da Igreja Católica nos séculos XVII e XVIII, tais iniciativas tiveram considerável proliferação, acompanhando o processo de progressiva ocupação do território pelos portugueses e africanos.

Mas é no século XIX que a filantropia se ampliará consideravelmente, sobretudo a partir da segunda metade deste século. Neste período, proliferou no Brasil um novo modelo de filantropia, caracterizado pela construção de asilos e orfanatos, de caráter público e privado. Essas instituições, quando privadas, eram obra de religiosos. Desta feita, não exclusivamente católicas, mas também de protestantes e espíritas. Como o Código Penal brasileiro de 1890 previa

⁸ Acerca das misericórdias portuguesas ver: SÁ, Isabel G. de e LOPES, Maria Antónia. *História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

a reclusão de menores infratores, no início do século XX, foram criadas as primeiras instituições públicas de acolhimento, não só da criança e adolescente infratores, como também de vadios e órfãos em internatos correcionais. O Estado somava-se às iniciativas privadas no controle social.⁹

O Mutualismo

As associações mutualistas são organizações cooperativas formadas no âmbito da sociedade civil cujo fim principal é o de prover socorros aos seus associados em caso de necessidade. A partir das contribuições individuais dos sócios elas se mantinham e se responsabilizavam pelo atendimento de demandas pré-pactuadas estatutariamente.

Tais associações proliferaram largamente no Brasil, sobretudo das últimas décadas do século XIX às quatro primeiras décadas do século XX. A partir da década de 1940, ocorreu um significativo declínio de seu número em razão da implantação, de forma mais efetiva, de políticas públicas de proteção social, sobretudo ao longo do governo Vargas (1930-1945).

Existem poucos indícios que atestem que as mutuais derivaram das irmandades. O pesquisador brasileiro Cláudio Batalha levanta a hipótese de que a proibição das corporações de ofício, ocorrida no Brasil no ano de 1824, tenha incentivado a proliferação de irmandades e posteriormente a de mutuais, como espaços alternativos de transmissão de um saber técnico.¹⁰ Muito embora tais instituições tenham em comum o propósito de consolidar relações de solidariedade mútuas, o intervalo cronológico existente, entre a desaceleração do crescimento das irmandades e o advento das primeiras mutuais no país, torna difícil o estabelecimento de elos de continuidade entre um fenômeno associativo e outro.

Tais como as mutuais de outros países, as brasileiras eram muito diversificadas. Algumas se organizavam por etnia, outras por ofício, outras por local de trabalho, algumas eram gerais e não possuíam uma identidade específica. Algumas delas reuniam milhares de associados, outras não chegavam a uma centena deles.

Com o fim de construir uma identidade que as distinguissem das demais organizações sociais como cooperativas, montepios ou mesmo clubes, alguns critérios de exclusão foram

⁹ A este respeito ver: SANTOS, Marco Antônio C. dos. Criança e criminalidade no início do século In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2000, p. 224.

¹⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos do AEL*. Campinas, UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, p.41-68, 1999, p. 49 e 50.

estabelecidos. O mais relevante foi o de gênero. A grande maioria das mutuais brasileiras excluía as mulheres de seus quadros, o que não ocorria com as associações filantrópicas. A exclusão com base em critérios étnicos também era significativa. Como a proliferação das mutuais no continente americano esteve muito associada à vinda de imigrantes, ao final do século XIX, muitas mutuais foram criadas por iniciativa daqueles que migraram para o Brasil, provindos de diferentes regiões européias. Quando chegavam, se utilizavam de tais organizações como espaços de construção e reforço de suas identidades étnicas e também como lugares de sociabilidade. Um terceiro critério de exclusão era o etário. A quase totalidade de associados tinha idade média entre 15 e 55 anos. E por fim, o critério financeiro. Para fazer parte de uma mutual, na condição de associado com pleno direito, era preciso ter uma renda fixa. Portanto, pressupõe-se que dela estariam excluídos os desempregados, trabalhadores informais e os marginalizados em geral.

Muitas mutuais eram dirigidas por pessoas bem aquinhoadas que nem precisavam usufruir dos pequenos socorros oferecidos por elas. Estavam ali com o objetivo de reforçar seu status, de obter honrarias ou de realizar ações filantrópicas. Algumas mutuais, além de proverem socorros aos seus associados, realizavam filantropia. Coletas eram feitas entre os associados para socorrer aqueles que não faziam parte da mutual, mas demandavam algum tipo de socorro.

O contra-dom recebido por tais lideranças manifestava-se através do enaltecimento de sua benemerência. Muitas salas de prédios das mutuais recebiam o nome de seus maiores contribuintes e dirigentes mais ilustres. Seus retratos eram estampados nas paredes e era comum receberem honrarias nas diversas festividades ocorridas. Dirigir uma mutual era sinal de prestígio. Talvez esta tenha sido a principal razão da pouca renovação dos quadros dirigentes das mutuais estudadas.

O início do século XX é marcado também pelo advento das primeiras organizações de resistência dos trabalhadores, os sindicatos. As sociedades de resistência proliferaram paralelamente às mutuais. São organizações da sociedade civil com perfil bastante distinto das mutuais, muito embora os mesmos trabalhadores pudessem se filiar a ambas as modalidades de agremiação. Com base nas pesquisas já realizadas sobre o tema no Brasil, não existe uma relação de continuidade entre o movimento mutualista e o movimento operário. Eram duas formas distintas de agregação de trabalhadores que, na maioria das vezes, atuavam de forma complementar.

Boa parte das pesquisas sobre mutualismo no Brasil tem se voltado para a discussão sobre as relações entre as mutuais e o processo de formação da classe trabalhadora. A referência às abordagens de E. P. Thompson, nestes casos, é quase obrigatória. No livro “Formação da Classe Operária Inglesa”,¹¹ Thompson afirma que as associações mutualistas teriam contribuído para a formação de uma consciência de classe operária, que se manifestaria mais tardiamente. Para o autor, havia dois tipos de organização social que se confrontaram: a baseada na mutualidade e a baseada na competição. As primeiras foram fundamentais para a formação da classe operária ao reforçar os elos de solidariedade mútua.¹²

Acreditamos que as associações mutuais se constituíram em espaços de reforço de identidade de setores sociais subalternos e de vivência de relações solidárias entre os trabalhadores. Desta forma, contribuíram para o fortalecimento de uma cultura associativa e, sobretudo, de uma cultura cívica. No entanto, eram ao mesmo tempo *locus* de reforço de hegemonia de setores sociais mais abastados e excluía boa parte da classe trabalhadora brasileira, que não tinha renda ou emprego formal, condições indispensáveis para que se mantivesse mutualizada. Esta complexidade do papel das mutuais, derivada da multiplicidade de setores que as compunham, permite colocar em dúvida, ou pelo menos relativizar, a sua contribuição para a formação de uma classe operária no Brasil. Embora tal contribuição não possa ser descartada, ela é de difícil comprovação empírica.

As mutuais festejavam muito¹³. Promoviam festividades populares visando à arrecadação de fundos. Promoviam sessões teatrais e espetáculos circenses. Muitas dessas festividades constituíam-se nos únicos espaços de lazer existentes para os setores populares em alguns municípios interioranos do Brasil. Tão logo tais espaços proliferaram, as mutuais viram enfraquecer o seu papel social enquanto propiciadoras de espaços de lazer.

Entre os socorros oferecidos pelas mutuais estavam o financiamento de funerais, pensões para viúvas, pequenas coberturas para acidentes de trabalho, auxílio para viagens para o exterior (no caso das mutuais de imigrantes), compra de remédios, etc. No Brasil, a maior parte dos gastos das mutuais destinavam-se a garantir auxílios em ocasiões de doenças ou de acidentes de trabalho, além dos funerais.

¹¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, volume 2.

¹² *Idem*, p. 32.

¹³ Acerca das festividades ver: BATALHA, Cláudio H.M. et alii (orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

O atendimento que prestavam se justificava pela ausência de direitos trabalhistas mínimos neste período. Como desempenhavam funções que, teoricamente, seriam atributos do poder público, recorriam eventualmente ao Estado exigindo seu auxílio, quando em dificuldades. Muitas mutuais conseguiam receber pequenas subvenções públicas ou isenções de impostos. Mas a participação do Estado era muito pequena em relação às demandas existentes. Interessante é perceber que os líderes das mutuais dirigiam-se ao poder público cobrando a sua intervenção e alegando que estavam desempenhando funções tipicamente estatais. Na maioria dos casos, não tinham as suas demandas atendidas pelos representantes públicos, que alegavam serem as mutuais organizações de direito privado. Já as organizações filantrópicas recebiam subvenções. Percebeu-se que os contemporâneos tinham dúvidas na distinção entre filantropia e mutualismo dando ensejo à respostas contraditórias a demandas bem semelhantes.¹⁴

A duração de uma mutual era bastante variável. Muitas faliam logo após serem criadas. Outras permanecem até os dias atuais. Tudo dependia de uma boa direção financeira, nem sempre encontrada. As que permaneceram após a introdução de políticas públicas de proteção social se limitaram a ser espaços de sociabilidade e lazer. As que reuniam imigrantes tenderam a ser mais duradouras, atuando mais como *locus* de reforço de identidades étnicas do que de proteção social contra o desamparo.

Os estudos sobre mutualismo no Brasil são ainda incipientes, mas encontram-se em progressiva expansão. Existem pesquisas sobre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, todos sedes de polos urbanos destacados no período de expansão do mutualismo¹⁵.

Este conjunto de trabalhos trouxe alguns resultados parciais significativos para a produção de análises comparativas sobre o mutualismo em diversas regiões do mundo. As pesquisas produzidas nos informam que o mutualismo brasileiro teve sua maior expansão entre os anos de

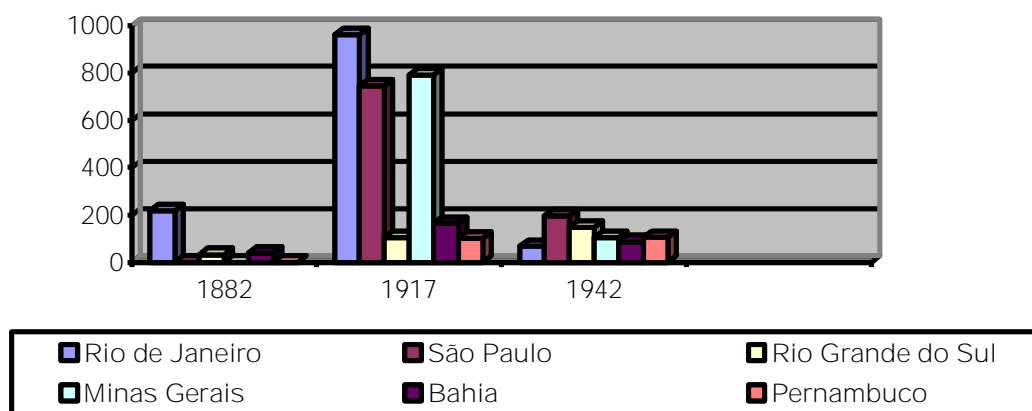
¹⁴ A este respeito ler: VISCARDI, Cláudia M.R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). *Topoi, Revista de História*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, Editora 7 Letras, volume 9, número 16, p. 117-136, 2008.

¹⁵ Para o caso de São Paulo ver: LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado; o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. Para o caso do Rio de Janeiro ver: JESUS, Ronaldo P. de. *O Povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. São Paulo: USP, 2001. tese. Para o caso do Rio Grande do Sul ver: SILVA JR., Adhemar L.da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre, 2005. Para o caso de Minas Gerais ver: VISCARDI, Cláudia M. R. *Mutualismo e filantropia*. Locus; Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, volume 18, 2004.

1910 e 1920 e foi contemporâneo ao crescimento dos sindicatos. Em regiões de ocupação mais antiga, a criação das mutuais remontavam às primeiras décadas do século XIX. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 ocorreu um progressivo esvaziamento do movimento, em contraste com o movimento operário-sindical que tem neste período o seu maior crescimento. Conforme se afirmou, o refluxo do mutualismo relaciona-se diretamente ao advento das políticas públicas de proteção social, que muito embora tenham se iniciado ao longo da década de 1920 só teve a sua consolidação e expansão vinte anos depois.

Para termos acesso às dimensões do fenômeno mutualista no Brasil, levantamentos preliminares realizados pelo pesquisador Silva Jr., para o período entre os anos de 1882 e 1942, podem ser bastante ilustrativos. Observa-se ao longo de sessenta anos o crescimento de mais de 1000% no número de associações nos mais diversos estados brasileiros, com maior concentração nas décadas de 1920 e 1930, conforme se percebe pelo gráfico abaixo.

Evolução do Crescimento das Mutuais nos Principais Estados Brasileiros¹⁶.



A quantificação das mutuais e de sócios é sempre muito difícil de ser feita no Brasil, tal a natureza das fontes disponíveis que, na maioria das vezes, consistem apenas nos seus estatutos. Para o caso do Rio de Janeiro, por ter sido a capital nacional durante longos anos, é possível

¹⁶ Gráfico elaborado com dados adaptados de SILVA JR., Adhemar L.da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre, 2005. Os seis estados escolhidos para compor o gráfico foram, ao longo do período, os mais importantes do ponto de vista econômico e político. Foram somados os números do estado do Rio de Janeiro com os do Distrito Federal. Não constavam dados em 1882 para MG, PE e SP. Nem em 1942 para o Distrito Federal.

encontrar alguns levantamentos estatísticos realizados a pedido dos governos, os quais são capazes de conferir uma visão aproximada do volume de associações e sócios na cidade.

Tal carência de dados foi ainda mais agravada pelas contínuas mudanças da legislação sobre as mutuais. A ausência de um registro único ou a total ausência de registro – como ocorreu em determinados períodos - foram fatores que levaram incontáveis sociedades a não deixar nenhuma pista de sua existência.

Em um dos levantamentos estatísticos pesquisados identificamos a existência de 319 mutuais existentes na cidade no Distrito Federal entre 1913 e 1920, com um número total de sócios que variou entre 204.008 (1918) a 205.707 (1915). Destes dados foi possível aferir que as mutuais possuíam um alto número de sócios, de 645 a 715 por instituição, certamente, o maior do Brasil. Se levarmos em conta que o total de homens em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, era de 496.284, o número de sócios em 1912 atinge o percentual de 57%.¹⁷

Se compararmos os dados da capital brasileira com os de outras capitais mundiais, os números parecerão bem próximos. Em Buenos Aires, estima-se que em 1914, 50% dos trabalhadores portenhos encontravam-se filiados a mutuais. Na Inglaterra estima-se que 60% dos homens adultos eram mutualizados. Os dados para os Estados Unidos revelam que em 1920, para cada três homens adultos, um pertencia a mutuais. Na cidade do México, cerca de um quinto de sua população participava das associações.¹⁸

Considerações Finais

Na tentativa de fazer-se um paralelo entre o mutualismo e a filantropia, algumas reflexões se fazem necessárias. Como visto, as instituições filantrópicas oferecem socorro aos necessitados

¹⁷ Dados obtidos em PAIVA, Ataulfo de. Rio de Janeiro, Distrito Federal, Prefeitura. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro: História e estatística*. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1922p. 745 e 741. Os dados populacionais foram obtidos em: MINISTÉRIO da Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912, Território e População*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916, volume 1, p. 310.

¹⁸ Argentina: MUNCK, Ronaldo. Mutual Benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade-unionism. *Journal of Latin-American Studies*, vol. 30, p. 573, 1998. Reino Unido: KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press, 1999, p. 120 e 121 e CORDERY, Simon. (2003), op. cit. p. 68. Estados Unidos: BEITO, David. *From mutual aid to the welfare state: fraternal societies and social services, 1890-1967*. The University of North Caroline Press, 2000, p. 2. México: HART, John M. Mexican mutualism in historical perspective. In: LINDEN, Marcel V. D. op. cit. p. 595.

sem exigir deles nenhuma contrapartida financeira. Já as mutuais oferecem socorros contando com a contribuição de todos, inclusive aqueles que dos socorros usufruem.

É fácil perceber que nas organizações de caráter filantrópico predominam relações de solidariedade verticais, ou seja, um grupo bem aquinhoado resolve por alguma razão amparar um necessitado e acaba por estabelecer com ele uma relação solidária, mas verticalizada. Já nas mutuais, as relações de solidariedade são horizontais, na medida em que um conjunto de necessitados se associa com o fim de amparar-se uns aos outros. Tais conceitos antropológicos são úteis para diferenciarmos os dois tipos de ação.

Ao mesmo tempo, as instituições filantrópicas eram, na grande maioria dos casos, religiosas e as mutuais leigas. Ambas eram instituições de direito privado que, no entanto, exerciam funções públicas. Este caráter dubio de ambas as modalidades de organização gerava uma relação de contradição com o Estado. Ao mesmo tempo em que o poder público se sentia obrigado a lhes oferecer apoio, por estarem desempenhando funções reconhecidamente estatais, as prerrogativas liberais, inspiradoras de nossas classes dirigentes na ocasião, limitavam os investimentos, opção agravada pela carência generalizada de recursos. Assim, muito embora tais agremiações fossem lideradas por potentados locais e desempenhassem reconhecido papel social, viviam recorrendo à comunidade para solicitar recursos adicionais para a sua manutenção.

Percebeu-se, ao longo da pesquisa, que a Imprensa teve um papel significativo no cotidiano de ambas as modalidades de associação. O jornal assumia funções muito mais amplas do que a mera divulgação dos fatos. Anunciava todas as assembleias das associações, publicava algumas atas e estatutos, convidava a população para as festividades. No caso das filantrópicas, coordenava todo o processo de arrecadação de doativos e distribuição dos mesmos pelas associações. Diariamente, divulgava as doações, mesmo que muito modestas, listando os nomes dos doadores arrolados pela quantidade doada, da maior para a menor, reforçando o poder dos potentados locais, que não economizavam na caridade. Todo este investimento, por parte dos doadores mais ricos, se fazia com o fim de edificar e reforçar o seu “capital simbólico”, utilizando-nos aqui do conceito de Bordieu.¹⁹

Paralelamente, o apelo às contribuições voluntárias para as sociedades filantrópicas era muito grande. Mas nota-se que havia, por parte das associações filantrópicas, o entendimento de

¹⁹ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro :Bertrand do Brasil, 1989.

que desempenhavam uma função que era devida ao Estado. Destacavam que sua ação se dava exatamente em razão da incúria dos governantes.

Em sociedades onde a cultura associativa predomina as possibilidades de estabelecerem-se relações menos verticais de poder são bem maiores. Pode-se aventar assim a hipótese de que o forte espírito associativo, construído a partir do final do Império e ao longo da República Velha no Brasil, apontou para a construção de uma sociedade mais horizontal, menos dependente, menos clientelista e, porque não dizer, menos desigual. Esta trajetória foi, porém, precocemente interrompida pela intervenção do Estado, que interferiu sobre os rumos autônomos trilhados por uma comunidade cívica em organização. Tal conclusão se adequa ao estudo do mutualismo, mas não tanto ao da filantropia. Muito embora a proliferação de associações filantrópicas possa refletir um certo nível de organização e mobilização da sociedade civil, as relações marcadamente verticalizadas, que predominam no âmbito deste tipo de organização, podem contribuir para a proliferação de comportamentos conformistas e de dependência. Levar em conta esta diferença entre as duas modalidades associativas é fundamental. Perceber até que ponto tais associações se diferenciavam das mutuais em seus objetivos, valores e em suas relações com o Estado poderá trazer contribuições inovadoras para o estudo do tema no Brasil.

O que podemos afirmar com segurança é que elas mantiveram uma relação ambígua em relação às culturas políticas predominantes no período. Ao mesmo tempo em que significavam uma resistência à implantação de relações competitivas e individualistas próprias do capitalismo, a partir do reforço de relações fundadas na confiança mútua, na solidariedade e na reciprocidade, atuavam na preservação de valores também tradicionais, tais como a dependência, a hierarquização social e o reforço das lideranças oligárquicas. Tais contradições expressam a multiplicidade de valores e normas compartilhadas em uma sociedade que vivia um intenso processo de mudança. Soma-se a isso a sua diversidade cultural. Em pequenos polos urbanos, compartilhando o mesmo espaço político, social e econômico, encontravam-se libertos, escravos, nacionais livres e imigrantes de diversas nações, todos a disputarem os escassos benefícios tão largamente anunciados pelos porta-vozes da República Liberal, a partir de 1870.

Em decorrência das pressões advindas dos movimentos sociais, resultante da iniciativa estatal, ou como quer Abram de Swaan - em seu estudo sobre as origens do Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos Estados Unidos - fruto da ação política de políticos reformistas no âmbito

da burocracia estatal ²⁰, o Brasil assistiu à implantação de leis de proteção ao trabalhador e à criação de um sistema público previdenciário que, em que pese suas distorções e limitações, é um dos maiores do mundo. A contribuição das mutuais e das sociedades filantrópicas para a implantação deste sistema é questionável. Não existem indícios empíricos que nos autorize a vincular o advento de políticas sociais às pressões exercidas por entidades mutuais e filantrópicas. Mas esta é uma questão ainda a ser respondida.

Não obstante à permanência, até os dias de hoje, de algumas associações mutuais e filantrópicas, a grande maioria delas cedeu espaço para o avanço do Estado Nacional sobre o controle das políticas de amparo público. Após este processo de expansão estatal, as associações filantrópicas limitaram-se a ocupar as lacunas deixadas pelo Estado, que foram muitas, em um país de tanta desigualdade social. No caso das mutuais étnicas, transformaram-se em espaços de lazer e sociabilidade, diminuindo o influxo pela preservação de suas respectivas identidades. Quanto às mutuais de ofício, desapareceram por completo. Restaram algumas poucas que também hoje se limitam a prover alternativas de lazer e de manutenção de tradições acumuladas ao longo de muitas décadas.

Assim, dada a imensidão do território brasileiro e o alto nível de desigualdade social, a filantropia não perdeu fôlego. Ao contrário, seu crescimento ao longo dos anos foi considerável, complementada que foi pelas ações do chamado terceiro setor. Já as mutuais praticamente desapareceram.

Se houve alguma contribuição prestada pelas mutuais e pelas instituições filantrópicas privadas foi a de servir como instrumento de acumulação de cultura cívica, organizando a sociedade civil brasileira em um período de incipiente mobilização social.²¹ Acredita-se que a sedimentação de uma cultura associativa certamente resultou de iniciativas como essas. Mas este é, igualmente, um pressuposto de difícil aferição empírica.

Brasil, setembro de 2009.

²⁰ SWAAN, Abram. *In care of the state: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Cambridge: Polity Press, 1988, p. 9.

²¹ Para o conceito de cultura cívica ver: PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3ed, Rio de Janeiro: FGV, 2002.